

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

João Pedro Cruz Laguardia

**ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO COMO INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO: OS OBSTÁCULOS
PARA A POSSIBILIDADE DE UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, JOÃO PEDRO CRUZ LAGUARDIA, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201573199A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO COMO INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO: OS OBSTÁCULOS PARA A POSSIBILIDADE DE UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**, desenvolvido durante o período de março de 2023 a julho de 2023 sob a orientação de LEONARDO SILVA ANDRADA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

JOÃO PEDRO CRUZ LAGUARDIA

ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO COMO INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO: OS OBSTÁCULOS PARA A POSSIBILIDADE DE UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

João Pedro Cruz Laguardia¹

RESUMO:

O presente trabalho é fundamentado sob a perspectiva de capturar e compreender as relações históricas entre movimentos comunitários e o Estado e, idealmente, a utilização dos mesmos como uma ferramenta de amparo às comunidades visando estabelecer formas bem organizadas para o corpo social reivindicar direitos diante da carência de estruturas logísticas e simbólicas para amparar comunidades marginalizadas. As associações de moradores surgem da necessidade de representatividade por parte de um grupo de pessoas que moram em determinado local. Entre as demandas mais comuns estão a educação, saúde, lazer e programas culturais. O papel da associação é compreender essas necessidades dos moradores e buscar solucionar os problemas, com ou sem o apoio do poder público. Nesse contexto, é possível reconhecer a importância da sensação de pertencimento e familiaridade que esses projetos proporcionam, assim como é notória a relação de poder e hierarquia existentes nesses espaços de construção de luta coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Associação de bairro, luta coletiva, democracia e movimento social.

1. INTRODUÇÃO:

A participação diária nas associações, além da possibilidade de reivindicar melhorias para a população local, proporciona o exercício da cidadania por parte dos envolvidos, através da co-participação na constituição do bem-estar coletivo, com a permissão do Estado (FERREIRA, 1993). O ambiente de propostas e debates, organizado por lideranças e fundamentados por meio de instrumentos democráticos como o voto, cria uma atmosfera que incentiva e promove a ação da micropolítica e aproxima o cidadão comum de temáticas relevantes para o pleno funcionamento da sociedade.

Este artigo leva em conta o contexto histórico político-social do Brasil diante da emergência assídua das associações de bairro formadas e proliferadas em meio ao contexto de uma desenfreada expansão urbana que viria a acarretar numa profunda mudança na estrutura espacial, demográfica e social do Brasil, promovendo o agravamento de antigas adversidades nacionais e fazendo borbulhar novas. Tal conjuntura, entre outros fatores, se dá em meio a um processo de intensos debates e inquietudes advindas da possibilidade de redemocratização do país e busca oferecer uma reflexão acerca dos desafios de se constituir uma comunicação frontal entre o poder público e as associações comunitárias ao longo desse processo.

A contextualização histórica elucida não somente tal desafio, como também transcreve, em certa medida, as disfunções concebidas pelo Estado para com a sociedade, tornando estreito e sinuoso os caminhos possíveis no sentido de dar voz às massas. Para o estudo dos movimentos sociais, há de se considerar que as décadas de 1970 e 1980 são importantes para maior compreensão da história política nacional. Durante esse intervalo, diversos movimentos e associações emergiram na esfera política, incluindo partidos, sindicatos, associações de bairro, movimentos de extrema esquerda e toda uma gama de outros movimentos paralelos possíveis dentro do campo social. De teor político, a maioria desses movimentos surgiu como uma alternativa de participação e canal de reivindicação de diferentes setores da sociedade diante das incertezas com relação ao futuro político do país.

A discussão acerca de como as classes populares se envolvem nas questões políticas foi e é ainda hoje motivo de debate em diversas áreas de conhecimento. A compreensão da estrutura que organiza e torna

¹Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. E-mail: jpedrocruzlaguardia2@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada.

possível discutir a participação popular não se dá de modo trivial, isto é, encarar a realidade histórica política e social que fomenta as possíveis engrenagens referentes à comunicação efetiva de associações comunitárias com o Estado remete ao deslocamento para os desafios de se compreender a problemática da opacidade em termos de uma possível vontade de pertencimento à luta social para além de uma vasta gama de deveres para com o Estado e a vida em si. Em outras palavras, uma possível cidadania crítica, regida por uma alfabetização política que tange o ideal democrático e que aponta para a participação como finalidade; a capacidade de organização e ocupação das associações de bairro e os frutos desta inserção popular em meio a um terreno tradicionalmente de difícil acesso às camadas populares são os percursos que o presente artigo discute.

2. DESENVOLVIMENTO

A possibilidade de construir relações baseadas em aspectos políticos edificantes, que impactem de forma significativa as relações cotidianas entre população e poder público, é, em termos ideais, o motivo pelo qual se institui e se fomenta também as Associações de Bairro, numa tentativa de realizar uma aproximação sólida entre indivíduo, comunidade e as esferas de poder. Haja vista que o apelo por voz e identidade se faz presente nas mais diferentes atmosferas da sociedade, é necessário compreender de que modo tais vozes ecoam e em quais direções caminham. A disputa por espaço e pertencimento, bem como o clamor por justiça social, dignidade e bem-estar social criam as mais variadas formas de organização da sociedade. Joga luz sobre este tema autora Luciana Verônica Silva Moreira:

As associações de bairro representam uma nova categoria de participação. Era em associações desse tipo que pessoas, representantes do popular, procuravam participar dos processos decisórios, não só através do voto, mas da fiscalização e do protesto. É preciso, no entanto, não nos deixarmos levar pela romantização desses mesmos movimentos, sendo interessante discutir também sua idealização e sua deficiência, muitas vezes, em representar realmente o morador do bairro, seu objeto. (MOREIRA, 2012, p. 26)

Partindo do pressuposto geral de que um sistema político seria mais democrático quando suas instituições oferecem oportunidades igualitárias para os cidadãos, no sentido de fomentar culturalmente o acesso ao diálogo e a distintas e factuais formas de participação das decisões políticas e dos julgamentos coletivos, o papel e os impactos das associações podem ser observados em diversas possibilidades. É possível dizer que a construção das associações contribuem para a formação, crescimento e base de sustentação para cidadãos mais democráticos, em especial por ser possível elucidar suas capacidades autônomas diante da sociedade. Também tem destaque a formação da opinião pública, isto é, elas constroem, ampliam e problematizam opiniões e políticas, desempenhando um papel crucial na moldagem de uma opinião pública informada e crítica. Com relação ao fortalecimento das instituições de representação, pode-se dizer que as associações fortalecem as instituições de representação, criando canais institucionais que permitem a participação dos cidadãos e a tomada de decisões políticas legítimas. A autora Lígia Helena Hahn Lückmann sintetiza o raciocínio do seguinte modo:

As relações entre o associativismo e a democracia extrapolam, de acordo com importante vertente da literatura, o reconhecimento do princípio básico democrático da liberdade associativa, pois são vistas como constitutivas de processos de fortalecimento mútuo e interdependente. Com efeito, as assertivas a respeito da importância democrática das práticas associativas estão ancoradas na compreensão de que, para além do direito individual de associação, o associativismo preencheria de forma substantiva uma boa quantidade de requisitos considerados fundamentais para estabelecer uma sociedade democrática: por sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos; pelo caráter pedagógico da promoção de virtudes cívicas, de confiança, cooperação e espírito público; por denunciar as relações de poder, ou, ainda, por promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas

públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas. (LUCHMANN, 2014)

Diante disso, cabe ressaltar que os esforços capazes de fazer desvendar e frutificar quaisquer tipos de consciência e elucidação social se dá não pela sorte, pelo amparo ou mesmo por um suposto patrocínio virtuoso dos mais abastados em prol de uma sociedade amparada nos preceitos de justiça e equivalência, mas pela necessidade de reconhecimento de existência, outrora marginalizada, de grupos que reivindicam voz a fim de explanar a privação de direitos inalienáveis. Ainda que seja necessário mensurar que a possibilidade de reparação ou remendo, em termos de equivalência de poder, se dá, em certa medida, historicamente, através de concessões da classe dominante. (MOREIRA, 2012)

Isto é, as considerações acerca do surgimento de movimentos de luta comunitária em prol de seu reconhecimento como existentes e como pertencentes ao corpo maior do Estado, atribuindo deste modo sentido à vivência coletiva, se dá pela ausência de substratos capazes de fomentar e estruturar direção para o desenvolvimento da comunidade e dos indivíduos inseridos nela, em termos dialéticos e sistêmicos a relação dos bairros com a esfera pública.

O aparecimento de uma associação é o produto de um desequilíbrio, de uma fraqueza social; representa e indica claramente uma necessidade não satisfeita, uma aspiração de progresso irrealizado, um pedido de bem-estar que ainda não se conquistou. Significa, pois, em definitivo, um atraso a vencer, uma imperfeição a destruir. É assim que o proletariado, sentindo-se esmagar pelas classes elevadas, pela injusta organização social do século XIX reúne todas as suas forças e aspira violenta e desordenadamente a um bem, que nem mesmo sabe ou consegue formular. (MOREIRA, 2012)

Na relação que surge da convivência em grupo, os interesses individuais são partilhados e encontram reflexo nas necessidades dos outros, tornando o problema uma questão coletiva com a possibilidade de ser solucionado coletivamente. O processo de troca de ideias, de disposição de responsabilidades, assim como da preparação e realização dos projetos, colabora efetivamente na formação do ser social e político presente. Apesar das associações de moradores oferecerem efetivas maneiras de construção de sociabilidade e de melhorias na qualidade de vida dos sujeitos, no que se refere a questão participativa o baixo envolvimento da população se tornou um obstáculo para a continuidade das atividades (FERREIRA, 1993).

A autora Marli Maria Ferreira, na dissertação *Associação de Moradores - Interesses em Jogo* (1993), sinalizou que um dos fatores que possivelmente influenciaram nessa baixa adesão por parte dos indivíduos, seria a forma como são concebidas as relações no modo capitalista de produção, que inibe a vontade e o ímpeto de luta dos trabalhadores, tornando-os sujeitos meramente contemplativos diante dos próprios interesses. Nesse processo de afastamento, as pessoas elegem lideranças para representá-las e outorgam (e terceirizam) a responsabilidade das conquistas populares, sem que seja necessário estarem presentes em reuniões ou discussões sobre o ambiente em que estão inseridos.

Isto é, apesar dos movimentos sociais serem importantes peças na construção de decisões conjuntas visando a melhoria do bem-estar social, há de se considerar que a estrutura organizacional que modelou e modela a consciência e o imaginário coletivo, de certo modo, foi e é dominado por uma matriz de produção que culmina no afastamento do indivíduo com o meio social (AMORIM, 2007). Historicamente, há uma necessidade de controle por parte da classe dominante para que a participação do indivíduo e das massas na tomada de decisões em termos de direção política seja controlada e dentro de limites claros que não ameacem a estabilidade de um sistema político remanescente de aspectos clientelistas, fundados para a proteção dos privilégios da classe dominante.

Na teoria da democracia representativa a participação tem um papel pouco relevante ou, até mesmo, indesejável, dados os perigos que o excesso de participação pode causar à estabilidade do sistema político, conforme alegam seus teorizadores, como se poderá observar mais adiante. Uma

das justificativas para esse fato pode ser a convicção que os teóricos contemporâneos da democracia possuem da necessidade de uma revisão ou até mesmo rejeição das teorias mais antigas. Compreendem, os teóricos da democracia representativa, que para a manutenção da estabilidade do sistema político seria necessário um certo grau de apatia, em oposição aos teóricos clássicos, que fomentavam uma participação máxima do povo (Hecktheuer, Garcia, 2019, p. 113, 114)

Se em termos históricos, a classe dominante instrumenta formas de delinear de modo contínuo a manutenção e perpetuação de privilégios entre os seus, na esfera pública e privada, abastecendo-se de solidariedades e redes extensas de contatos que assimilam de forma concreta o conceito de segurança e prosperidade, (FERNANDES, 1974) se faz presente também historicamente, a partir de demandas subalternas a necessidade das classes subjugadas criarem formas de organização entre os seus.

Tais esforços se dão também dentro do espectro da solidariedade e coesão social, numa tentativa de criar repertórios capazes de conseguir, através de trabalho de base destinado às comunidades, adesão que solidifica os indivíduos em torno de uma causa e infiltração na esfera do Poder Público. Isto é, a capacidade de organização destas comunidades determina, em certa medida, o êxito diante das negociações com a Esfera Pública. (MOREIRA, 2012) Para tanto, a criticidade política se faz necessária como instrumento que possibilita a indagação das problemáticas sociais com o propósito de criar repertórios possíveis no sentido de atribuir sentido à cidadania em seu sentido mais extenso. (FREYRE, 1997).

Para além de possíveis repertórios no sentido de elaborar expectativas quanto à uma possível e eventual elucidação popular no sentido de busca por autonomia e redenção relativamente às mazelas produzidas material e simbolicamente pelo Estado e estratificado para diversos setores da sociedade, se faz necessário refletir acerca também do imaginário e dos limites físicos de uma população esmagada por séculos experimentados numa perspectiva de silenciamento e subalternidade (AMORIM, 2007). Tal imaginário, acorrentado também aos limites físicos, resultam no distanciamento entre a idealização de participação política e as massas.

Como já dito, no que se refere às relações que se dão no sistema capitalista, é possível afirmar que o foco do indivíduo se volta para a dedicação quase exclusiva ao trabalho remunerado que ocupa a maior parte do seu dia, além da busca por bens materiais que é incentivada pelo modelo consumista, que se associa ao tipo de relação competitiva entre os indivíduos que se intensifica na sociedade moderna e promove o distanciamento dos sujeitos, dificultando a promoção do sentimento de solidariedade e de união social. As ações grupais perdem a força conforme o interesse individual passa a ocupar uma posição de maior importância que as necessidades coletivas. (FERREIRA, 1993). O esvaziamento de interesse político por ordem de questões materiais impacta também o esvaziamento de direitos civis e sociais. A respeito da busca por tais direitos, a autora Maria Salete de Amorim em seu artigo sobre Cidadania e Participação Democrática disserta:

A concretização desses direitos, contudo, depende da existência de quadros institucionais específicos, como assistência jurídica, garantias constitucionais e serviços sociais. Desse modo [...] a instauração das liberdades civis se configura como um fenômeno essencial e necessário à reprodução do capitalismo. Já a participação do povo no poder político e o acesso do povo ao bem-estar material seriam ideais que poderiam ou não se concretizar nas sociedades capitalistas. Desse modo, a noção de cidadania remete à cristalização dos direitos civis, políticos e sociais, caracterizando uma situação de inclusão e de pertencimento dos cidadãos à comunidade política. (AMORIM, 2007, p. 366 e 367)

Isto é, se por um lado observa-se que o esvaziamento de buscas no sentido de direitos civis, políticos e sociais mantém em inércia à conjuntura de lutas e reivindicação social, por outro, a factual aproximação das camadas populares com o espectro político de modo horizontal seria a negação de um contexto histórico determinista que consiste em atribuir mansidão e obediência das classes subalternas às classes dominantes. A elaboração da virtude cívica perpassa, neste sentido, a retratação e reivindicação histórica diante de abusos e da

programada escassez destinada às massas marginalizadas, ressignificando quadros de opressões e violências contra a população, sendo assim capaz de atribuir real propósito às noções de participação política, conceito este diluído pela contemporaneidade enlaçada de modo intrínseco às novas vestes da dominação e propositalmente apropriado para embutir nas camadas médias da população o sentimento de pertencimento e atuação (PATEMAN, 2009). Em um artigo publicado por Pedro Abib Hecktheuer e Denise Schmitt Siqueira Garcia, nomeado “As fundamentações teóricas para o afastamento da centralidade da participação nas democracias contemporâneas” o debate acerca de tal distanciamento se faz presente do seguinte modo:

Com as diversas pesquisas empíricas sobre comportamentos políticos, realizadas por sociólogos políticos, revelou-se que a maior parte dos cidadãos de baixa condição socioeconômica não possuía interesse político, fazendo com que as teorias da democracia, à época, identificassem esse distanciamento entre democracia e participação, bem como do estereótipo do “homem democrático”, idealizado pelos teóricos mais antigos da democracia. Somava-se a esses argumentos o fato de que a comunidade acadêmica passou a conceber a teoria política moderna como um conhecimento científico, baseado no empirismo, amparada nos fatos da vida política, em contraposição às teorias anteriores que eram carregadas de valor. (Hecktheuer, Garcia, 2019, p. 115)

Em termos de uma possível emancipação idealmente proclamada e do apontamento para possíveis direções prósperas baseadas em diálogo e comunhão, Paulo Freire cita:

Pensávamos em uma alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a essa democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas seu sujeito [...] Pensávamos em uma alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores (FREIRE, 1996)

De tal modo, diante de um contexto no qual as camadas populares se inserem no dialeto político à sua maneira, conseguindo não somente desvendar como também ressignificar o código linguístico de tal modo que seja possível fazer difundir seu próprio dialeto em termos de linguagem organizacional (CHASSOT, 2003), se torna possível também a emergência do interesse público pelo debate em torno de temas sensíveis e de importância para o meio social, adentrando assim na disputa por narrativas e ganhando visibilidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Dado o contexto, é imprescindível trazer à tona o fato de que, estruturalmente, o Estado é responsável por produzir desequilíbrio no sentido de fragmentar e usurpar a vivacidade de toda uma sociedade. Em termos históricos, do substrato político ao educacional, do social ao cultural, na construção do Brasil, se identifica características remanescentes de períodos autoritários na trajetória de construção da nação. Tais desdobramentos implicam dizer, em certa medida, que os frutos de tais construção desencadearam uma estrutura social composta pela perpetuação de privilégios das classes dominantes em detrimento de classes subalternas, não permitindo o preenchimento de definições fundamentais para a caracterização de uma coletividade pertencente à tomada de decisões para as direções políticas de suas determinadas regiões, respectivamente do menor para o maior grau regional.

A centralização de poder e a estrutura capitalista suscitam a necessidade de o indivíduo buscar formas das mais diversas de conseguir seu provimento material e simbólico a partir de uma perspectiva individualista, retroalimentando o ciclo de perpetuação de desigualdades e falhas na composição orgânica estrutural, que por sua vez, se vê deficitária pela também ausência de amparo e visibilidade por parte do Estado. O associativismo surge justamente da ausência de condições; da falta de perspectivas com relação ao pertencimento a alguma coisa ou lugar. Urge como uma voz em meio às mazelas produzidas pelo estado, se amparando na busca pelo direito inalienável de bem-estar social e de exercício da cidadania e, desse modo, encontrando pontos de conexão entre as parcelas marginalizadas e possíveis narrativas de contorno dos obstáculos estruturais para o desenvolvimento, através de trabalho de base que orienta e constrói aproximações com a criticidade cidadã, encontra o indivíduo que busca de sentido material e simbólico para sua existência.

A democracia participativa, no contexto de redemocratização e contemporaneidade, se coloca como uma nomenclatura popular que abriga algumas armadilhas para as massas. Isto é, o propósito real das noções de participação política foram diluídos pela contemporaneidade, o que está intimamente ligado às novas formas de dominação. Essas novas formas foram habilmente reguladas para incutir nas médias da população um sentimento de pertencimento e envolvimento ativos, silenciando, apartando assim uma parte substancial das reivindicações por participação e ocupação na política.

Ora, por razões de logicidade, seja em decorrência de uma construção de nação que renuncia à própria soberania em detrimento da defesa de hegemonias (MARTINS, 2018) seja pela construção e manutenção da crise como projeto, o Brasil enquanto democracia produziu e produz ainda hoje carência com o propósito de manter assegurados os direitos de uma classe dominante (FERNANDES, 1974) e para tanto, se faz necessário despejar sobre uma massa populacional o atraso e a escassez, repercutindo, entre outras características, em certa medida, na dificuldade de inserção e alfabetização científica e política (CHASSOT, 2003) e na ausência de serventia a possibilidade de agrupamento e ressignificação da política como direito e dever cidadão (MOREIRA, 2012).

O estudo sobre as associações de moradores traz a percepção da fragilidade dos movimentos coletivos na sociedade pós-moderna, por diversos fatores, dentre eles o culto ao individualismo entre os homens. Apesar das adversidades e da desigualdade que marca as classes sociais, as organizações populares resistem na luta por direitos básicos constitucionais. Para a manutenção do funcionamento das associações, se faz necessário a participação e o engajamento das pessoas que residem nesses bairros, para que seja possível alcançar os resultados desejados. O envolvimento direto dos moradores permite a formação e o desenvolvimento do senso de coletividade, além da constituição do ser político que passa a se compreender enquanto cidadão digno de direitos e deveres perante a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARDOSO, Adalberto. **Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social**. Novos estudos, 80. 2008.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social**. Revista Brasileira de Educação, Nº 22. Jan/Fev/Mar/Abr 2003.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo. 2006.

HECKTHEUER, Pedro Abib. GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. **AS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS PARA O AFASTAMENTO DA CENTRALIDADE DA PARTICIPAÇÃO NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS**. 12º Seminário Internacional de Democracia e Constitucionalismo. Universidad de Alicante, Espanha. 2019

LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**, RBCS Vol. 29 n° 85 junho/2014.

LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn; SCHAEFER, Márcia Inês; NICOLETTI, André Selayaran. **Associativismo e repertórios de ação político-institucional**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, nº 2, maio-agosto, 2017.

MARTINS, André Roberto. **Brasil, geopolítica e poder mundial: O Anti-Golbery**. 2018

MASCLET, Olivier. **Bairros sem voz - Dossiê - Sociologia da condição operária**, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1. 2006

MOREIRA, Luciana Verônica Silva. **Movimentos Comunitários: Experiências de participação em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2010.

MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro. **O judiciário, em bom português**. Revista do Tribunal de Contas de Pernambuco, v. 14 n. 14. Recife. 2003

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2009.

RIBEIRO, Ana Cristina Leal; BORJA, Maria Eunice Limoeiro; NERI, Marília; LIMA, Nelson Rocha. **A criminalização de movimentos sociais como tentativa de invisibilidade e silenciamento de vozes e da resistência na atual conjuntura brasileira**. VI Simpósio Internacional Lavits, Salvador. 2019.